

Issn: 1808 - 799X
ano 12, nº 18 – 2014

EMANCIPAÇÃO: A HISTORICIDADE DO CONCEITO E A POLÊMICA NO PROCESSO REAL DA EXISTÊNCIA HUMANA¹

Maria Ciavatta²

Resumo

Neste texto, abordamos a questão da emancipação que tem sido objeto de polêmica nas ciências humanas e na educação. Do ponto de vista epistemológico, temos o conceito de “totalidade social” como exigência de uma visão emancipatória da exploração do trabalho e como desafio teórico na produção do conhecimento. O desenvolvimento da historicidade do tema se faz a partir da história como processo e da história como método, dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual. Remetemos o termo “emancipação” a alguns autores que têm se ocupado do tema.

Palavras-chave: emancipação - totalidade social - história

¹ Este artigo resulta de estudos realizados a partir de um convite cujo objetivo era proceder à reconstrução histórica do conceito de “emancipação”, participando da mesa que tratou do tema “Educação e emancipação: a história como processo”, durante o seminário “Trabalho, História e Experiência de Classe: Thompson 50 anos depois”, em 23 de setembro de 2014, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Licenciada em Filosofia, Doutora em Ciências Humanas (Educação), PUC-RJ; Pós-doutorado em Sociologia do Trabalho, Univ. di Bologna, Itália; Professora Titular em Trabalho e Educação, associada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Pesquisadora do CNPq. mciavatta@terra.com.br

Abstract

In this paper, we address the issue of emancipation that has been the subject of controversy in the humanities and education. From an epistemological seen, we have the concept of "social totality" as a requirement of an emancipatory vision of labor exploitation and a theoretical challenge in knowledge production. The development of the historicity of the theme emerges from history as a process and history as a method within the theoretical frameworks of crisis in modern capitalist society. We refer the term "emancipation" to some authors who dealt with the theme.

Keywords: emancipation - social totality - history

Introdução:

O objeto principal desta reflexão é a relação do conceito de “emancipação” com as ciências humanas, sociais, a educação, a produção do conhecimento e a exploração do trabalho. O tema é parte das pesquisas que desenvolvemos sobre história e historiografia, ou como se escreve a história na área trabalho e educação. Um dos aspectos focalizados na pesquisa³ é a articulação entre o ensino médio e a formação profissional como formação integrada, que deve contemplar a formação geral, os fundamentos científicos e tecnológicos do trabalho e os conhecimentos específicos das atividades profissionais, de modo a contribuir para a emancipação dos trabalhadores.

A questão da emancipação tem sido objeto de estudos de historiadores e outros pesquisadores, além de alvo de polêmica nas ciências humanas, sociais e na

³ Projeto de Pesquisa “Historiografia e pensamento crítico em trabalho e educação – Como se escreve a história da educação profissional” (Bolsa de Produtividade CNPq, 2013-2018).

educação, sobre sua (im)possibilidade no campo da política. Remetemos o termo a alguns autores que têm se ocupado do tema (Marx, 1991; Trein, 1994; Tonet, 2005; Ceceña, 2006; Vico, 2008; Luiz, 2011; Bossetti, 2011 e, complementarmente, alguns aspectos da contribuição de Thompson à compreensão do “fazer-se trabalhador” como classe social).

Do ponto de vista epistemológico, temos o conceito de “totalidade social” como exigência de uma visão emancipatória e como desafio teórico na produção do conhecimento. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer. No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados, ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações, ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem (Ciavatta, 2001).

O desenvolvimento da historicidade do tema se faz a partir da história como processo real da vida dos homens e da história como método (Marx, 1977; Ciavatta, 2009), dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual. O homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza. Pela concepção revolucionária de Marx (1979), a história não é um conjunto de fatos ou a louvação dos grandes feitos e dos homens ilustres ou poderosos, e sim a produção da existência tal como ela se realiza na vida material e espiritual de todos os homens e mulheres.

Nessa concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo, e reconstruí-lo a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método.

A primeira posição sobre a possibilidade de emancipação do ser humano dos grilhões de todas as formas de servidão e exploração existentes questiona o sentido do termo “emancipação” e nega que ela seja possível nas sociedades capitalistas em que o trabalho é submetido à exploração e aliena o ser humano do produto do trabalho, do conhecimento e da sociabilidade que são geradas na produção, como Marx argumenta ao tratar do fetiche da mercadoria e em toda a obra *O capital* (Marx, 1980). Daí advém uma postura de negação das ações que pretendam ser emancipadoras dos seres humanos submetidos ao sistema capital, reivindicando uma postura revolucionária de que a emancipação somente será possível com o fim do capitalismo e com a vitória do socialismo. O que, no limite, corresponde à libertação total do ser humano do sistema capitalista, como bem expressam Marx e Engels (1998) no *Manifesto Comunista*.⁴

Uma segunda posição coloca em questão para os educadores o sentido de sua própria ação nas atividades educativas. Se o trabalho e as condições de vida são, necessariamente, alienados nas relações de produção capitalistas, qual é o sentido da educação? É possível educar para a resistência à alienação, para a transformação das condições desiguais e desumanas geradas pela exploração e acumulação do capital? Entendemos que a possível resposta afirmativa implica uma visão dialética do ser humano e da sociedade que se transforma, constrói-se ou destrói-se sob a ação dos sujeitos sociais. “Os homens ingressam na situação dada independentemente de sua consciência e vontade, mas, tão logo ‘se acham’ dentro, a transformam” (Kosik, 1976, p. 219).

⁴ “Se o proletariado, na luta contra a burguesia, necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas relações de produção, então suprime, juntamente com estas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classes, as classes em geral e, com isto, o seu próprio domínio de classe” (Marx, Engels, 1998, p. 31).

Essa posição advoga a possibilidade de se construir a emancipação mediante ações que modifiquem as relações de trabalho e de vida dos trabalhadores, de modo a construir uma nova hegemonia, por meio de uma conquista progressiva de reformas que assegurem a realização dos direitos básicos da cidadania, rumo ao socialismo. São basilares os direitos civis (direito à integridade física), os direitos políticos (eleger e ser eleito) e os direitos sociais (moradia, saúde, educação, segurança) que envolvem a superação das grandes desigualdades sociais existentes nas relações entre países, classes e grupos sociais.

Embora essa classificação dos direitos tenha sido elaborada por Marshall (1967), um autor de orientação liberal, ela nos ajuda a pensar as possibilidades reais da emancipação dentro das condições históricas em que atuamos, quando se avalia que não estão dadas as relações entre as forças sociais, para o confronto com o poder hegemônico. Por uma questão de estratégia política, seria por uma via que não seja imediatamente a transformação revolucionária e estrutural da sociedade pela luta armada e por outras ações em curso nas revoltas e revoluções no mundo atual.

Em síntese, o que se indaga é se é possível construir um novo poder hegemônico dentro do sistema capital. Como se constrói uma contra-hegemonia,⁵ uma nova cultura política, uma correlação de forças que altere a estrutura ancorada em fortes desigualdades sociais? Seria uma ação revolucionária de vanguarda? Os partidos deveriam evoluir para se tornar uma vanguarda das lutas do povo? Ou seria a vanguarda das forças populares auto-organizadas?

⁵ “A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política, é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (Gramsci, 2006, p. 103), Sobre Gramsci, hegemonia e educação, ver Rummert (2007).

Buscando ampliar o debate fundamentado sobre a questão, que não tem solução na academia, mas também precisa da reflexão para avançar, abordaremos os seguintes aspectos: a reconstrução histórica e seus conceitos fundamentais; a (des)ordem capitalista; a historicidade da emancipação e a exigência da totalidade social; o conceito de “emancipação” e ações emancipadoras por intermédio de alguns autores que nos ajudam a pensar sobre a questão.

A reconstrução histórica e seus conceitos fundamentais

A emancipação não é uma abstração. No sentido de libertação total do jugo capitalista, como processo dialético, a emancipação, no sentido de alguma forma de libertação daquilo que oprime, somente se realiza no campo da história da vida humana. Partimos de duas proposições principais. Em primeiro lugar, o método não se separa da construção do objeto (Cardoso, 1976). Significa que os fenômenos podem ser apreendidos de diferentes formas pelos pesquisadores, dependendo de sua visão de realidade e de como concebem a produção do conhecimento sobre esta mesma realidade.

Em segundo lugar, baseamo-nos na afirmação de que a reconstrução histórica de um fenômeno deve estar voltada para a história como processo real da vida dos homens e a história como método na produção do conhecimento (Labastida, 1983). Na primeira afirmação, trata-se da história como realidade ontológica, a vida dos homens em sociedade (Marx, 1979); na segunda asserção, trata-se de reproduzir os processos históricos no nível do pensamento, como concreto pensado, na reflexão teórica (Marx, 1977).

Na pesquisa que empreendemos, não nos ocupa o confronto teórico das formas atuais e passadas de como se escreve a história, mas das exigências de nosso objeto de pesquisa. Este se enraíza nas condições de vida, educação e

trabalho na sociedade em que vivemos; no caso, o Brasil, uma sociedade de classes baseada na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos produtos do trabalho coletivo, expresso na riqueza social em bens e serviços (educação, cultura, ciência, tecnologia, arte, comunicação etc.). Esta concepção de pesquisa implica o conhecimento dos fatos, mas também de como é a sua representação escrita, o relato, a narrativa dos fenômenos imersos nas condições de sua produção, entendendo o real como “síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1977, p. 229).

Algumas abordagens buscam ignorar a história como produção econômica e cultural da existência humana. A reconstrução histórica pretende ser uma lógica sociocultural que supere a lógica economicista e a lógica pós-moderna. Nessa concepção, a historicidade dos fenômenos – no caso em estudo, a emancipação – deve ganhar significado ao se compreender que a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência (Cardoso, 1986). É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história, ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo. Essa compreensão teórica vai tomando forma ao longo de sua vida, desde a juventude do autor, de modo que o conhecimento e a luta política vão definindo uma nova forma de interpretar os fatos, em um processo reflexivo sobre a realidade do conhecimento e das relações vividas pelos homens de seu tempo (Vilar, 1987): “O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (Marx, 1979, p. 29).

Embora o campo “trabalho e educação” necessite da base teórica da crítica à economia política para compreender as contradições entre o capital e o trabalho, não menos importante – ao contrário, é fundamental – é entender a história como produção social da existência na sociedade capitalista. Nessa complexa elaboração

da vida social e do conhecimento estão as bases para a compreensão das relações de trabalho, das lutas emancipatórias, das políticas educacionais de preparação para o trabalho – educação profissional, técnica ou tecnológica – nas suas expressões de adequação ao mercado de trabalho ou de formação humana para o desenvolvimento do ser humano em toda sua potencialidade.

A (des)ordem capitalista

A ordem capitalista e seu reverso, a desordem na conquista de padrões de vida humanizados, é o que vemos no plano histórico. Para a emancipação humana de seus grilhões, precisamos distinguir as mudanças, ou rupturas, que mudam a natureza das relações sociais e do modo de produção vigente, das mudanças que trazem alterações porém mantendo a velha ordem social. Essa distinção nos permite compreender as aparências das sociedades capitalistas com seu halo de sedução pelo consumo, pelo lucro fácil, pela competitividade como modo de vida, pela destruição dos valores e da vida comum. A essência do fenômeno, ou a natureza intrínseca do capital, é a exploração do trabalho, a sua própria reprodução e acumulação em um processo permanente e sem limites, tanto quanto o permitirem as forças sociais em confronto (Mészáros, 2002).

Como mostra Jameson (1994), a realidade contraditória em que se move a história leva a que todos os referenciais se encontrem em crise face às mudanças bruscas sem precedentes das relações sociais capitalistas e socialistas. Vale dizer, nossas categorias analíticas custam a apreender as mediações e determinações constitutivas das relações sociais. Mas a crise permanente ou as crises sucessivas do capitalismo hoje não significam o fim do capitalismo e dos referenciais funcionalistas e positivistas ou críticos.

A situação de crise do capitalismo explica o retorno, com o nome de “neoliberalismo”, às concepções do liberalismo conservador, estruturadas de forma sistemática na apologia à liberdade do mercado e na crítica a todas as formas políticas que visem à igualdade ou à justiça na distribuição da riqueza social.

A reflexão sobre a questão da emancipação torna-se tanto necessária quanto difícil de ser equacionada no plano conceitual e no âmbito da política. Com essa compreensão, e, de certa forma, com esse pressuposto sobre as contradições do modo de produção capitalista, não desconhecemos as tensões e os problemas que o próprio materialismo histórico oferece desde sua gênese (Anderson, 1985; Konder, 1992) e, sobretudo, os diversos descaminhos trilhados ao longo de mais de século e meio, dos quais o economicismo e o viés estruturalista são os mais candentes. Também não ignoramos as dificuldades intrínsecas de operar analiticamente com as categorias fundamentais do materialismo histórico, o que não significa ignorar a existência de outros referenciais críticos, ou não, ao capitalismo.

Uma leitura atenta das análises positivistas e funcionalistas nos indica um intenso embate interpretativo da realidade por diferentes grupos ou frações da classe burguesa e seus intelectuais, que, naturalizando as relações capitalistas, perdem a possibilidade de entender as funções e disfunções internas dessas relações e o que as produz. Em uma sociedade, como a atual, pautada pelo *marketing* do consumo compulsivo à novidade e ao supérfluo, a naturalização da exploração tem profunda influência sobre as massas carentes de oportunidades da posse de bens ostentados pelos mais abastados.

Mediante poderosas redes de comunicação, afirma-se que estamos iniciando um novo tempo, no qual estamos defasados e ao qual devemos nos ajustar irreversivelmente – o tempo da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, da competição, do empreendedorismo. Esse ajustamento pressupõe conter e restringir a esfera pública e ampliar a esfera privada, o que, em

termos neoliberais, deveria se efetivar de acordo com as leis da competitividade do mercado mundial.

Mediante a nova base técnica do trabalho, de base eletrônica, produzem-se *robots*, máquinas informatizadas que (como nunca) podem aumentar a produtividade e a qualidade, prescindindo de milhões de braços e cérebros e ampliando a exploração e a precarização dos trabalhadores empregados. O capital no forma dinheiro descola-se cada vez mais de sua referência real e torna-se fictício, especulativo, permitindo, aos que têm o manejo das informações, auferir ganhos extraordinários, mesmo que às custas de milhares de trabalhadores em todas as partes do mundo – particularmente nas nações do capitalismo periférico (Frigotto, Ciavatta, 2006).

A historicidade da emancipação e a exigência da totalidade social⁶

Historicamente, os pensadores dedicaram-se a tentar explicar o que é a realidade, como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer. Não sendo a emancipação apenas um conceito, mas, principalmente, um produto possível da *práxis* humana, é na história dos sujeitos, dos grupos e das classes sociais que seus elementos de realização podem ser compreendidos.

Quando falamos em aproximação da realidade por meio da reconstrução histórica, das mediações que constituem determinada totalidade social, duas questões preliminares estão postas: primeiro, recusamos todo dogmatismo e as concepções evolucionistas da história; segundo, recusamos toda visão cética e fragmentada do mundo e o relativismo como ponto de partida. Aos sistemas explicativos fechados ou funcionais, a uma visão fragmentada da realidade,

⁶ Outros elementos desta discussão encontram-se em Ciavatta (2001).

propomos a busca das articulações que expliquem os nexos e significados do real e levem à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo.

Nesse sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou um modelo explicativo, e sim um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de “totalidade social” tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações que constituem determinada totalidade.

A educação como formação humana supõe a totalidade das relações que envolvem os seres humanos. Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos reunidos não constituem uma totalidade. O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. Os fatos, assim como os aspectos que se constituem em objeto da educação, devem ser vistos na sua articulação dialética, como um processo em desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, como apreender a contribuição emancipatória dos processos educativos, de modo particular, na educação politécnica, na educação omnilateral, na formação integrada, nas suas múltiplas faces, na sua complexidade, que não se esgota no objeto singular (na escola, no professor etc.)? Também, cabe perguntar como não se perder num universo indefinido e confuso sob o argumento da busca da totalidade social do fenômeno? O exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade, é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real – no caso, de um fenômeno educacional nas suas múltiplas determinações. A categoria “particularidade” (Lukács, 1968) é um segundo passo nessa direção, no sentido da historicização dos fenômenos.

A pesquisa que desenvolvemos⁷ permitiu-nos identificar as duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. A produção capitalista tem uma lógica própria, que difere da lógica da educação. A “lógica da produção capitalista” tem por base o lucro, a exploração do trabalho, o tempo breve em que deve ser realizada a atividade produtiva, o corte de custos, o aumento da produtividade do trabalho, a competitividade, a mercantilização de toda produção humana.

Já a “lógica da educação” tem a finalidade de formar o ser humano, e deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a defesa dos direitos de cidadania (Ciavatta, 2006).

Dentro das condições do trabalho assalariado, os produtos assumem o valor de troca, gerando mais-valia para a acumulação e a reprodução do capital. Mas os seres humanos produzem, também, para a própria vida, para a reprodução da existência na vida diária, na criação estética, no cuidado amoroso com o outro. Produzem, então, valores de uso que não são objeto de extração da mais-valia. Nesse sentido, os trabalhadores podem se distanciar da lógica funcional da produção capitalista.

A luta da classe trabalhadora e de seus intelectuais tem sido no sentido de lograr conquistas importantes em termos de regulamentação do capital, de pôr freios à superexploração, de conquistar tempo livre para si mesmo – o que hoje, dentro do ideário neoliberal, está sendo, progressivamente, ocupado pelo consumo e pelo divertimento que remuneram o capital por intermédio da indústria cultural.

Quando buscamos elementos da formação do cidadão emancipado na educação profissional, técnica ou tecnológica, temos de definir o que entendemos por emancipação e buscar reconhecer seus indicadores sociais, políticos e

⁷ Ver Frigotto, Ciavatta (2006).

educacionais. Neste texto assumimos a formação integrada entre a educação geral e a formação específica, ou entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, como uma das lutas pela superação da divisão social do trabalho e da hierarquia das classes sociais.

Mas entramos aqui no campo da polêmica das estratégias políticas de transformação da sociedade. Em uma sociedade capitalista, profundamente desigual, como a brasileira, a garantia e a regulamentação do trabalho, a efetivação das políticas sociais (saúde, educação, moradia, previdência, segurança) seriam elementos que sinalizariam a possibilidade de emancipação dos trabalhadores rumo a uma vida digna e humanizada?

Emancipação e ações emancipadoras

O termo “emancipação” é de uso corrente nos setores progressistas. Alguns o remetem ao filósofo italiano Giambattista Vico, que viveu de forma quase anônima no século XVIII (1668-1744), durante o Iluminismo, ao qual, formalmente, não aderiu. Era anticartesiano, e seu pensamento é dado como historicista. Sua única obra, *Scienza Nuova*, serviu de inspiração a outros filósofos, a exemplo de Herder. O pensamento de Vico é fruto do Renascimento. Dedicou-se a temas da filosofia, da história, do direito, dentre os quais a emancipação (Damiani, 2005). Era idealista e de formação católica (Vico, 2008, p. 13).

Etimologicamente, o termo latino *emancipare* tem o mesmo sentido em português, espanhol e italiano. Não há ambiguidade em seu sentido estrito: emancipar é tornar livre, libertar ou libertar-se, tornar ou tornar-se independente, dar liberdade ou libertar-se do jugo, da escravidão, da tutela de outro ou do pátrio poder. A emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja o sujeito “artífice de seu próprio agir” e que ele se liberte em todos os aspectos de sua vida.

Há um viés corrente no uso do termo que é sua redução ao estatuto legal da emancipação. A ambiguidade do termo está no sentido político e histórico em que a libertação ocorre, nas condições da liberdade jurídico-legal a que se tem direito. Um exemplo recorrente é a libertação dos escravos no Brasil, que foi jurídica, nos termos da lei, e, na prática, historicamente, foi o abandono dos escravos à sua própria condição, no geral, de iletrados e desprovidos dos recursos materiais e de cultura política e educacional para assumir a própria liberdade. A evidência histórica é que eles, dificilmente, foram sujeitos e protagonistas de sua liberdade, e sim, sujeitados a novas opressões.

A compreensão histórica do sentido da emancipação supõe a perspectiva de totalidade social na concepção do cidadão-trabalhador e de sua possível condição de emancipado. No caso da educação, supõe a formação humana nos múltiplos aspectos que nos constituem seres humanos. Nas suas vertentes de origem, estão a educação politécnica, nos termos de Marx (1980), a educação omnilateral, nos termos de Gramsci (1981), a formação integrada entre os conhecimentos gerais e a educação profissional, (nos termos do Decreto 5.154/2004 incorporado à LDB, Lei 9.394/97, pela Lei 11.741/2008), com os fundamentos científicos e tecnológicos da educação profissional, capazes de propiciar as jovens uma adequada leitura do mundo onde vão viver.

Recorremos a alguns autores que estudaram a questão da emancipação em diferentes aspectos. Além da questão legal, como ocorre em certos casos (como a tutela parental para algumas ações civis, a relação dos proprietários com os trabalhadores escravos), somente o recurso à totalidade social dos processos sociais, tanto na realização quanto na elaboração do conceito, pode indicar o que seja o indivíduo emancipado, ou quais aspectos evidenciam a emancipação pretendida.

Eunice Trein recupera o sentido de cidadania coletiva em Marx para fins de superação da cidadania burguesa. Como crítico do capitalismo e do liberalismo, Marx argumenta sobre as inconsistências do projeto liberal burguês na sociedade ocidental e da realidade prático-teórica que impede a emancipação completa do ser humano e limita o exercício da liberdade, “que o mantém preso à ideia liberal de que é livre quem em sua vontade não está submetido a interferências e coerções” (Trein, 1994, p. 126-127).

Marx busca superar a perspectiva liberal burguesa de emancipação política posta pela Revolução Francesa, em que a defesa dos interesses da cada classe, mediante a representação do Estado, indica que a emancipação política constituiu-se em emancipação da sociedade civil em relação à política. A emancipação política torna-se a garantia das desigualdades existentes na sociedade civil, que é entendida como desigualdade da ordem natural. “O homem não se libertou da religião, ele obteve a liberdade religiosa. Ele não se libertou da propriedade. Ele obteve a liberdade de propriedade. Ele não se libertou do egoísmo do ofício, ele obteve a liberdade de ofício” (Marx, 1991, p. 50).

No pensamento marxiano, o conceito de “cidadania” tem uma complexidade maior do que no pensamento liberal, expresso por Marshall (1967); ele está ligado ao coletivo ao qual o homem pertence. O homem individual deve se reconhecer como ser genérico, como gênero humano: “Somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘próprias forças’ como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força *política*, somente então se processa a emancipação humana” (Marx, 1991, p. 52, grifos do autor).

Para que a própria cidadania possa ser exercida, o homem deve recuperar em si o universal, o cidadão abstrato, a relação entre ele e o todo, a totalidade da sociedade da qual faz parte, em uma condição de “copertencimento” à sua condição de indivíduo e de cidadão (Trein, 1994, p. 133-137).

O debate sobre cidadania e emancipação é uma discussão em processo, um conjunto de polêmicas que envolve estratégias políticas de transformação da sociedade capitalista. É uma discussão corrente na área de serviço social, em que a disciplina e a atuação profissional lidam diretamente com a questão social das massas empobrecidas e carentes dos bens mais elementares, como moradia, alimentação, atendimento à saúde, educação básica, segurança e seguridade social.

Tratando de emancipação quanto à potencialidade da prática profissional em serviço social, Danuta Luiz (2011) recupera alguns autores que tratam da questão. Recusa os avatares da pós-modernidade e, com Marx e Gramsci, apoia-se em Semeraro (2001) para a defesa da modernidade a partir da crença “no poder da ciência e do progresso do trabalho articulados à liberdade e à vontade humana”, para “construir uma racionalidade diferente da dominante” (Luiz, 2011, p. 91 e 93).

O enfrentamento da questão social passa pela valorização das ações junto à sociedade civil: “Esta se constituiria por um amplo e complexo processo de lutas sociais que tendem a construir novas bases éticas, culturais e políticas da vida em sociedade, através da elevação moral e intelectual das massas” (id., ib., p. 105).

Para a autora, “o referencial gramsciano nos instrumentaliza teórica e eticamente para pensar a racionalidade crítico-dialética que também constitui a modernidade, para a formulação de um projeto emancipatório, que processe a elevação política e social da sociedade” (id., ib., p. 94).

Em uma vertente filosófica humanista, Ivo Tonet (2005) parte “do universo de uma leitura reformista de Gramsci”, e considera que, no quadro de vida do autor, prisioneiro do regime fascista, essa não poderia ser diferente, ele não poderia falar do homem comunista ou socialista. Tonet expõe, em detalhes, o pensamento dos vários autores brasileiros. Considera que, no contexto atual, essa posição poderia ser considerada “a via democrática para o socialismo” (id., ib., p. 10), ou, como se expressa Frigotto (1995, p. 193), “como o modo de produção estruturalmente capaz

de por fim ao que Marx denominou de pré-história da humanidade, as sociedades regidas pela cisão das classes sociais que cindem o humano”. Tonet (2005, p. 242) conclui que “a emancipação humana não é nem uma utopia ou simples ideia reguladora [...] é apenas uma possibilidade que dependerá da ação dos próprios homens para se tornar realidade”.

Quanto ao pensamento de E. P. Thompson, que é o tema principal do evento para o qual este texto foi preparado (ver nota 1), não encontramos o tema “emancipação” diretamente em sua obra, mas a referência às lutas de resistência e de transformação social. Encontramos autores que se valem de suas análises sobre as experiências da classe operária inglesa, que são convergentes com o sentido de superação das condições de vida e de trabalho geradas sob o modo de produção capitalista. Ao analisar o “fazer-se da classe operária”, Thompson (1987) trata da formação da classe e da consciência de classe, da experiência histórica e da cultura como questões fundamentais (Vendramini, Tiriba, 2011).

Dentro do pensamento crítico, na América Latina, Ana Esther Ceceña (2006) trata dos processos de militarização do mundo, das guerras, da apropriação de materiais estratégicos e de novas práticas emancipadoras. Fala dos desafios das emancipações (e não emancipação, no singular) em um contexto militarizado. Observa, inicialmente, que o termo “emancipação”, no auge do neoliberalismo, parecia um conceito superado. Mas teria sido reapropriado como sinal de novas esperanças, de como “a construção de novos conceitos e novas formas de olhar a vida é ineludível para sair das antigas prisões” (Ceceña, 2006, p. 13-14). Seria este o caminho da subversão, da transformação do sentido cósmico e do sentido comum, para construir novas interações coletivas e refazer a sociabilidade, “o reconhecimento da situação de opressão que motiva a busca emancipadora” (id., ib., p. 13-14).

Da mesma forma é o debate em torno dos processos de emancipação, dos movimentos sociais, das estratégias de libertação e de sua pertinência à realidade em curso. Nesse sentido, “não se pode propor nenhuma interpretação dos processos ou experiências de emancipação que não envolvam, simultaneamente, ‘sua historicidade e sua complexidade’” (Ceceña, 2006, p. 13-14, grifos nossos). Nos termos de nossos pressupostos iniciais, a análise das condições de emancipação implica a visão da totalidade social das relações de opressão e das lutas de resistência por sua transformação. Sua análise traz à luz o pensamento de E. P. Thompson, cujos trabalhos militantes, segundo Ceceña, mostram

o conflito entre os sentidos comuns do povo e as medidas ou políticas adotadas pela burguesia em ascensão na Inglaterra, que aparentemente vão sendo assumidas pela sociedade até que chega um momento de saturação ou de excesso em que a multidão rompe a dinâmica, fazendo valer suas convicções morais (sua economia moral), suas tradições e suas rejeições. É um sentido coletivo com raízes múltiplas, construído ao longo do tempo, que leva a multidão a mobilizar-se sem necessidade de planejar suas ações além do imediato, porque respondem a um sentido compartilhado, com consensos implícitos” (Ceceña, 2006, p. 38).

Há historiadores (Vasconcelos, Oliveira, 2011) que, tratando da situação dos negros no período pós-emancipação (depois da Abolição da Escravidão pela Lei Áurea, de 13 de maio de 1888), fazem uma aproximação com o pensamento de Thompson quanto às estratégias de dominação entre senhores e trabalhadores denominados livres na Inglaterra, e libertos no Brasil:

Durante o regime escravista, o convívio entre senhores e escravos era permeado, além de uma disciplina própria do regime, por relações sociais de caráter paternalista. Com a emancipação, essa relação social foi – semelhante ao que Thompson (1998) verificou para o século XVIII na Inglaterra – “substituída por uma relação monetária, o que de certa forma fez com que a subordinação se tornasse objeto de negociação” (Thompson, 1998, p. 42). Se o paternalismo tornou-se ineficaz, era necessário então encontrar outro método de dominação social, pois, possivelmente, no Brasil, assim como na Inglaterra do século XVIII, “o trabalho livre trouxera consigo um enfraquecimento dos antigos meios de disciplina social” (Thompson apud Vasconcelos, Oliveira, 2011, p. 4).

O historiador Cleber José Bosetti analisa a presença de Edward P. Thompson nas ciências sociais e na leitura das ações aparentemente díspares e heterogêneas dos movimentos sociais. É um pensamento convergente com a leitura de Ceceña, no sentido de “recuperar o lugar dos sujeitos e suas experiências para perceber a dimensão do processo histórico e da cultura política que está sendo engendrada a partir desses movimentos” (Bosetti, 2011, p. 83).

Bosetti (id., ib.) ressalta a luta de Thompson (1981) em duas frentes. A primeira é a crítica a uma leitura dita “ortodoxa” do materialismo, à ortodoxia estruturalista marxista em torno à obra de Louis Althusser, “cuja concepção de história se centrava em estruturas que exauriam a presença e a experiência humana como constitutivas da lógica histórica” (Bosetti, 2011, p. 71). A primazia dada ao econômico sobre os demais aspectos da vida social reduz o sentido social da produção, destaca o dualismo estrutura/infraestrutura, em detrimento da experiência e da atuação dos sujeitos sociais.

Além dessa polêmica de ordem conceitual e política, Thompson constrói a história da classe operária fora dos padrões tradicionais do mundo acadêmico, como professor de trabalhadores, que era, e como ativista de suas lutas. Thompson renova a leitura crítica do marxismo incorporando o conceito de “classes sociais” não como uma classificação apenas, mas como uma construção na experiência das relações de trabalho e de vida. De outra parte, abriu o caminho da história para as ciências sociais, “centrado na experiência humana, na ação dos sujeitos e dos grupos em relação ao mundo material e cultural” dentro da ontologia do ser social, “visando a um conhecimento social e histórico comprometido com a ação política, visando a um ideal e à emancipação política e humana” (Bosetti, 2011, p. 72).

Considerações finais

A discussão, neste texto, sobre o sentido do termo e das práticas de emancipação e a produção do conhecimento pode contribuir para a construção de caminhos de aproximação das estratégias políticas de transformação da (des)ordem das sociedades capitalistas em função da sobre-exploração⁸ do trabalho e da acumulação do capital.

Diversos autores têm se debruçado sobre o sentido do termo, e os caminhos políticos de sua conquista continua a ser objeto de polêmica. A emancipação individual ou coletiva supõe a conquista de liberdade, de autonomia pelos sujeitos sociais. Mas, no sentido marxista, liberdade e autonomia são abstrações se não forem remetidas à historicidade das condições de produção da vida humana em que se pretende conquistá-las. No campo do conhecimento dessas condições, é indispensável fazer apelo à categoria “totalidade social”, que remete o real à sua essência, aos diversos aspectos que o constituem, na dialética marxista, como “síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1977).

Somente mediante o conhecimento da totalidade histórica dos processos que almejam a emancipação podemos avaliar as possibilidades de sua efetivação, o potencial dos sujeitos envolvidos, as relações de força para a construção de uma nova hegemonia. Nos termos de Marx, guardadas as referências a cada momento histórico, “A emancipação política é, simultaneamente, a *dissolução* da velha sociedade em que repousa o Estado alienado e a dissolução do poder senhorial” (Marx, 1991, p. 47, grifo no original). Como na produção do conhecimento, os caminhos da emancipação são muitos e controvertidos.

⁸ Remetemos o termo a Rui Mauro Marini (2000) e a Florestan Fernandes (2009).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BORNHEIM, Gerd A. *Dialética*. Teoria e práxis. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- BOSSETTI, Cleber J. Thompson e as ciências sociais. Possibilidades metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. *Plural*, Revista do Programa de Pós-graduação da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-86, 2011.
- CARDOSO, Ciro F. *Uma introdução à história*. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, Miriam L. O mito do método. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XXV, p. 61-100, 1976.
- CECEÑA, Ana Esther (Coord.). *Los desafíos de las emancipaciones em un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação*. Gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. *Educação & Sociedade*, Revista de Ciência da Educação, v. 27, n. 96, p. 911-934, número especial, 2006.
- _____. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DAMIANI, Alberto M. *Domesticar a lós gigantes*. Sentido y práxis in Vico. Rosário: UNR, 2005.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª. ed. ver. São Paulo: Global, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *A formação do cidadão produtivo*. A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006.

_____. Educação básica no Brasil na década de 1990; subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, Revista de Ciência da Educação, v. 24, n. 82, p. 93-132, abril 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. n. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *La alternativa pedagógica*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem*. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABASTIDA, Jayme. O objeto da história. *Nova escrita*, Ensaio, São Paulo, ano 5, 11/12, p. 161-175, 1983.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUIZ, Danuta E. C. *Emancipação e Serviço Social*. A potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

MARINI, Ruy M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARSHALL, Theodor H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *A questão judaica*. 2a. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: cortez, 1998.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Dante H. (Org.). *Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

RUMMERT, Sonia Maria. *Gramsci, trabalho e educação*. Lisboa: EDUCA-Universidade de Lisboa, 2007.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. v. I. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TREIN, Eunice S. *Trabalho, cidadania e educação: entre o projeto e a realidade concreta, a responsabilidade do empenho político*. Tese (Doutorado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

VENDRAMINI, Célia; TIRIBA, Lia. Trabalho, classes sociais e experiência histórica na obra de E. P. Thompson. 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd, GT Trabalho e Educação, Minicurso. Natal/RN, 2 e 5 de outubro de 2011.

VASCONCELOS, Marcos E.; OLIVEIRA, Mateus F. O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no período pós-emancipação. *CES Revista*, Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora. n. 25, p. 147-157, 2011.

Issn: 1808 - 799X
ano 12, nº 18 – 2014

VICO, Giambattista. *Ciência nova*. São Paulo: Ícone, 2008.

VILAR, Pierre. *Marx e a história*. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo*. v. 1.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em maio de 2014

Aprovado em junho de 2014